



Carta de apoio à rádio Novo Ar: pelo fim à repressão

Emissora entrou com pedido de regularização há oito anos no Ministério das Comunicações e até hoje não obteve uma resposta. Pela segunda vez em menos de um ano, foi invadida pela Anatel. Chamamos a sociedade a se manifestar publicamente a favor das rádios comunitárias

Nós, do Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, declaramos nosso apoio à rádio comunitária *Novo Ar*. Consideramos o fechamento da rádio uma afronta, tanto à organização dos movimentos sociais brasileiros em sua luta pela construção de um outro mundo possível, quanto um cerceamento brutal do Direito Humano à Comunicação.

Pela segunda vez em menos de um ano, a rádio comunitária *Novo Ar*, de São Gonçalo (RJ), foi invadida em fevereiro deste ano por agentes da polícia federal e da Anatel, orientados para apreender os equipamentos da emissora e encerrar suas atividades.

Os 25 policiais estavam armados com metralhadoras e fuzis AR-15 e traziam consigo um mandado de busca e apreensão com data vencida: o documento tinha sido expedido a 4 de agosto de 2005, época de fechamento anterior da rádio. A assistente social da emissora, ao questionar a validade do mandado e pedir o número do processo, teve o documento arrancado das mãos. Uma voluntária, que apresentava o programa *Mulher em Ação* quando a polícia chegou, foi levada à delegacia com o técnico de som. Lá, ela depôs e foi obrigada a assinar um termo de constatação de violação do lacre oficial. Levada às 11h55, ela só pôde deixar a delegacia às 18h20.

A *Novo Ar* protocolou em 1998 seu pedido de outorga (sob o nº 53.770.000.419 /99) e espera até hoje uma resposta do Ministério das Comunicações. Dada a demora em receber outorga e pelo reconhecimento de sua importância para a região, a rádio funcionava com autorização municipal desde 2004, procurando trabalhar dentro dos parâmetros da legislação das rádios comunitárias, com o objetivo de conseguir a concessão por parte da União.

A *Novo Ar* é gerida pela comunidade, através de um conselho de 2.400 sócios e 98 entidades participantes. O capital social que a rádio consegue fazer reforça as parcerias que garantem o funcionamento de uma estrutura a serviço da comunidade:

- Telecentro comunitário com 14 computadores conectados em banda larga pelo projeto Gesac (contraditoriamente, do Ministério das Comunicações);
- Agência comunitária de emprego, com 3.500 empresas cadastradas;
- Biblioteca com 4 mil livros e cinco computadores;
- Pré-vestibular comunitário, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
- Curso de capacitação em produção de rádio, operação de áudio e locução
- Cursos de bombeiro hidráulico, pedreiro, auxiliar de eletricista predial, ladrilheiro (também com aulas de Português, Matemática, Inclusão Digital, História, Cidadania e Direitos Humanos).

Além disso, a emissora gerencia um cadastro com 65 músicos independentes, cujas obras são tocadas na rádio. A comunidade desenvolveu parceria com um estúdio de



gravação e tem como objetivo a divulgação dos artistas locais. Em sua programação, a *Novo Ar* discute questões importantes, como economia solidária, gênero, direitos do trabalhador e da Previdência. As igrejas de várias religiões também são contempladas na programação. Além disso, mobiliza as outras rádios locais e organizou a TV Comunitária local, transmitida pelo canal 36.

A *Novo Ar* tem utilidade pública municipal, moção de apoio da Assembléia Legislativa e prêmios da UNICEF e do Banco do Brasil. Recebe mais de mil telefonemas diários. Através dos debates transmitidos pela emissora surgiram o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Comunicação.

A emissora conta com o apoio de todos os 21 vereadores da Câmara de Municipal, além de deputados estaduais e federais; de várias Pastorais; de sindicatos, como o Sindprev, e o Sindicato da indústria têxtil, da Gurda Municipal e da Polícia Civil; da FARC, AMARC, ABRAÇO, FNDC e do Intervozes. O perfil democrático da rádio já rendeu mais de 11 mil assinaturas a seu favor.

Este é um caso emblemático do desrespeito a cidadãos que atuam para exercer seus direitos, mas infelizmente é apenas mais um exemplo de uma prática que tem sido recorrente. Inúmeras rádios são fechadas de forma semelhante em todo o país, obrigadas a deixar de prestar um serviço público às suas comunidades, porque não têm uma outorga para funcionar e porque esta permissão demora, em média, três anos para ser concedida e exige trâmites extremamente burocráticos.

Por todos esses motivos, chamamos a sociedade civil a se manifestar publicamente em solidariedade à *Novo Ar*, pelo respeito aos Direitos Humanos.

Brasil, 5 de abril de 2006